

DOI: 10.22478/ancora.v4n2p115-130

A EPISTEMOLOGIA DO DIÁLOGO SOCIAL NA COBERTURA SOBRE ABORTO NO PROGRAMA PROFISSÃO REPÓRTER: teoria e prática

THE EPISTEMOLOGY OF SOCIAL DIALOGUE IN COVERAGE OF ABORTION IN THE TV SHOW PROFISSÃO REPÓRTER: theory and practice

Marcelle Cristine de SOUZA¹
Universidade de São Paulo | Brasil

Resumo

Este artigo se trata de um relato de reportagem sobre aborto legal no programa Profissão Repórter, da TV Globo, e da aplicação de uma epistemologia que vê o jornalista como mediador social, conforme defende Cremilda Medina. O objetivo deste artigo é indicar uma possível saída para a crise de paradigmas que vive o jornalismo na atualidade. Tanto a prática quanto a teoria mostram que é necessário superar a suposta "objetividade" do jornalismo em prol da entrevista-diálogo, da reportagem em busca da complexidade e da narrativa de protagonismo. No caso concreto aqui desenvolvido, essas ferramentas foram utilizadas numa cobertura que mostra como o aborto legal ainda é um desafio para mulheres no Brasil.

Palavras-chave

Jornalismo; Aborto legal; Estupro.

Abstract

This paper is about a report on legal abortion in Profissão Repórter, a TV show of Globo broadcasting company, and the application of an epistemology that sees the journalist as a social mediator, an idea that has been developed by Cremilda Medina. The aim of this article is to indicate a possible way out of the paradigmatic crisis which a journalist lives nowadays. Practice and theory show that it is necessary to overcome the so-called "objectivity" of journalism in favor of interview-dialogue, report with complexity and narrative of protagonism. In the specific case developed here, these tools were used in a coverage of how legal abortion is still a challenge for women in Brazil.

Keywords

Journalism; Legal abortion; Rape.

RECEBIDO EM 18 DE SETEMBRO DE 2017
ACEITO EM 05 DE NOVEMBRO DE 2017

¹ Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-graduação Interunidades em Integração da América Latina/USP. Graduada em jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Membro do Grupo de Pesquisa "Epistemologia do Diálogo Social". Bolsista Capes. Contato: marcelle.souza@usp.br

Introdução

Era madrugada de uma segunda-feira quando chegamos a Rio Branco, no Acre, para apurar uma reportagem para o programa Profissão Repórter, da TV Globo, em julho de 2017. A equipe era formada por mim, que atuava como jornalista *freelancer*, a videorrepórter Mayara Teixeira e o técnico Luis Scarpa, ambos da equipe permanente do programa. A nossa missão: investigar o porquê, apesar dos altos índices de estupro², o Acre tinha registrado apenas dois abortos em 2016.

O pontapé inicial para a pauta havia começado aproximadamente dois meses antes, quando decidi unir as experiências enquanto pesquisadora e jornalista: de um lado, a imersão na investigação de mestrado realizada no PROLAM-USP (Programa de Pós-graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo) sobre aborto em caso de abuso sexual infantil no Brasil e no Chile; de outro, quase uma década da experiência como repórter.

Desse encontro do “eu-pesquisadora” com o “eu-repórter” surgiu a ideia de cruzar os dados de estupro por UF (unidade federativa) –que já existiam e são levantados todos os anos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015) – e os de aborto legal realizados no SUS (Sistema Único de Saúde) –que tiveram que ser solicitados via e-SIC³ (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão) ao Ministério da Saúde.

No Brasil, o aborto é considerado crime, com pena prevista para a mulher e a pessoa que realizar o procedimento. Há, no entanto, três casos em que ele é permitido⁴: estupro, risco de morte para a mulher e, após uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de 2012, se o feto for anencéfalo. Apesar de existirem previsões legais desde 1940, quando o Código Penal foi promulgado, o serviço de aborto legal no país só foi

² Em 2015, foram registrados 65,2 estupros para cada 100 mil habitantes no Acre, bem acima da média nacional, de 22,2 a cada 100 mil habitantes no mesmo período (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015).

³ Plataforma digital criada pelo Governo Federal por conta da Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas no país.

⁴ Segundo o Art. 128 do Código Penal (BRASIL, 1940): “Não se pune o aborto praticado por médico: Aborto necessário: I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante; Aborto no caso de gravidez resultante de estupro; II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

regulamentado em 1999, com a publicação da primeira norma técnica pelo Ministério da Saúde. Restava saber então se as previsões legais estavam sendo cumpridas no país.

A pauta se baseava ainda no levantamento feito por Madeiro e Diniz (2015), que concluiu que o perfil mais comum nos serviços legais de abortamento do SUS é de vítimas de estupro, que representam 94% dos procedimentos realizados.

Partindo desta premissa, era de se esperar que as UFs que ocupavam o topo do ranking nacional de violência sexual contra a mulher registrassem, proporcionalmente, mais aborto legais. A pré-apuração, no entanto, mostrava exatamente o contrário: Estados com maiores índices de estupro, como Acre, Roraima, Amapá e Rondônia, tinham realizado, juntos, apenas quatro abortos legais em 2016.

Os números oficiais sugeriam então que barreiras eram impostas diariamente a mulheres que tinham direito à interrupção legal de uma gestação, especialmente nos Estados com mais estupros do país. Barreiras essas que, além de ilegais, significam uma violência para as mulheres obrigadas a levar uma gestação indesejada adiante. Nesse sentido, destaca-se o voto do ministro Carlos Ayres Britto durante o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54 no Supremo Tribunal Federal:

[...] o estupro é para a sociedade em geral e para o Direito em especial uma ação humana da maior violência contra a autonomia de vontade do ser feminino que o sofre. Uma aberração! Uma hediondez! O instante da mais aterradora experiência sexual para a mulher, projetando-se no tempo como uma carga traumática talvez nunca superável, principalmente se resultar em gravidez da vítima. Pois o fato é que seu eventual resultado em gravidez tende mesmo a acarretar para a gestante um permanente retorno mental à ignomínia do ato em que foi brutalizada. Uma condenação do tipo *ad perpetuam rei memoriam* (para a perpétua memória da coisa), no sentido de que a imposição do estado de gravidez em si e depois a própria convivência com um ser originário do mais indesejado conúbio podem significar para a vítima do estupro uma tão perturbadora quanto situação de tortura. Daí que vedar à gestante a

opção pelo aborto caracterize um modo cruel de ignorar sentimentos que, somatizados, têm a força de derruir qualquer feminino estado de saúde física, psíquica e moral (aqui embutida a perda ou a sensível diminuição da autoestima). (AYRES BRITTO, 2012)

Os dados e a investigação prévia que havia realizado indicavam então um caminho para a pauta, que foi escrita e oferecida à chefia da Revista Galileu⁵, da Editora Globo, que prontamente aceitou publicá-la. Seria preciso, a seguir, ir a campo, ouvir as mulheres e especialistas para dar corpo a uma narrativa de profundidade.

A ideia era discutir o tema não sob a lente do estigma ou da dicotomia *pró versus* contra o aborto, mas realizar uma cobertura complexa, a partir de um olhar humano e sensível para os envolvidos nesse tipo de ocorrência. Isso porque entendemos que os números jamais seriam capazes de aproximar-nos das dores, dos medos e das perdas dessas mulheres.

Tal abordagem se fazia necessária como uma resposta à crise de paradigmas (SANTOS, 1989) que vive o projeto de modernidade em que está inserido o jornalismo. Trata-se de um projeto baseado em uma ideia de ciência objetiva, universal, marcada por rígidas fronteiras entre as disciplinas, que separa razão e emoção, sobrepõe conhecimento científico aos outros modos de produção de conhecimento, e que defende o jornalismo como um exercício “objetivo e imparcial”.

A reportagem acabou se tornando uma parceria inédita entre a Revista Galileu e o Programa Profissão Repórter⁶, ambas produções do Grupo Globo, e fui convidada a integrar a equipe que viajaria em busca da reportagem em profundidade. Além do material que eu já havia apurado para a Revista Galileu, seria preciso ir a campo para construir, também na TV, uma narrativa mais densa, criativa e sensível, o que Leandro e Medina (1973) chamam de a possibilidade de “aprofundamento do conteúdo informativo no tempo e no espaço”:

⁵ A reportagem foi publicada sob o título “Onde as vítimas não têm vez”, na edição de setembro de 2017 da Revista Galileu (SOUZA, 2017).

⁶ O programa completo está disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6099676/>>. Acesso em 18 de fev. 2018.

Na passagem de um jornalismo puramente informativo para jornalismo interpretativo, as linhas de tempo e espaço se enriquecem: enquanto a notícia registra o aqui, o já, o acontecer, a reportagem interpretativa determina um sentido desse aqui num círculo mais amplo, reconstitui o já no antes e no depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente. Através da complementação de fatos que situem ou interpretem o fato nuclear, através da pesquisa histórica de antecedentes, ou através da busca do humano permanente no acontecimento imediato, a grande reportagem é interpretação do fato jornalístico. (LEANDRO, MEDINA, 1973, p. 25, grifo do autor)

Em busca da reportagem em profundidade

Antes da viagem, realizamos um levantamento de ações recentes sobre aborto no Tribunal de Justiça do Acre. No montante pesquisado, encontramos dois casos em que mulheres entraram com um processo, apesar das informações apontarem para situações em que já havia previsão legal, para a realização de um aborto.

O primeiro caso se tratava de uma jovem de 16 anos, que tinha deficiência auditiva e morava em uma reserva extrativista no município de Brasiléia (AC), e havia engravidado após ter sido estuprada pelo pai. A polícia havia apurado que os abusos aconteciam desde que ela tinha 11 anos. O segundo processo era de uma jovem moradora da zona rural de Xapuri que, grávida de um feto com diagnóstico de anencefalia, teve o aborto negado pelos médicos da região. As duas procuraram o sistema de saúde público e foram informadas de que o aborto só seria realizado com decisão judicial.

Em Brasiléia, encontramos uma adolescente tímida, grávida de seis meses e que se sentia culpada pela prisão do pai. Tivemos que chegar sem a câmera e com muito respeito, ter uma longa conversa com ela e a irmã mais velha até que a entrevista fosse autorizada. Cada enquadramento da câmera foi previamente combinado e autorizado pela entrevistada. O desafio era capturar as mãos que falavam (por conta da deficiência auditiva da menina grávida) e preservar uma vítima de violência. Havia muitos silêncios, não só por conta da linguagem de sinais improvisada (ela não era alfabetizada em

LIBRAS), mas também pelo medo, a vergonha e a dor que permeavam aquela história.

Logo que o estupro e a gravidez foram descobertos, a irmã disse que a família não queria a criança. Procuraram os hospitais da cidade, mas os médicos pediram uma autorização judicial. Segundo o Ministério da Saúde, no entanto, a exigência é ilegal:

A realização do abortamento não se condiciona à decisão judicial que sentencie e decida se ocorreu estupro ou violência sexual. A lei penal brasileira também não exige alvará ou autorização judicial para a realização do abortamento em casos de gravidez decorrente de violência sexual. O mesmo cabe para o Boletim de Ocorrência Policial e para o laudo do Exame de Corpo de Delito e Conjunção Carnal, do Instituto Médico Legal. Embora esses documentos possam ser desejáveis em algumas circunstâncias, a realização do abortamento não está condicionada a apresentação dos mesmos. Não há sustentação legal para que os serviços de saúde neguem o procedimento caso a mulher não possa apresentá-los. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, p. 71)

Quando a autorização enfim saiu, as duas irmãs chegaram a ir até a capital, Rio Branco, mas a gravidez já passava dos cinco meses, prazo legal para realizar o aborto. Voltaram para Brasília e adolescente foi encaminhada para o pré-natal.

Em Xapuri, a segunda jovem nos contou com dor como foram os meses carregando o feto anencéfalo no ventre. Era o primeiro e tão esperado filho do casal que trabalhava em uma fazenda da região. No encontro emocionado, ela mostrou às repórteres as roupas do enxoval, o ultrassom com o triste diagnóstico e a certidão de óbito que seguiu o nascimento do bebê. “Se tivesse abortado antes, teria sido mais fácil”, disse à reportagem. A decisão judicial exigida pelos médicos só chegou quando ela estava com oito meses de gravidez e já não era possível fazer o procedimento.

Em situações como essa, segundo o ministro Marco Aurélio Mello (2012), relator da ADPF 54, “não cabe impor às mulheres o sentimento de meras ‘incubadoras’ de gestações ‘fadadas ao fracasso’”:

O ato de obrigar a mulher a manter a gestação, colocando-a em uma espécie de cárcere privado em seu próprio corpo, desprovida do mínimo essencial de autodeterminação e liberdade, assemelha-se à tortura ou a um sacrifício que não pode ser pedido a qualquer pessoa ou dela exigido.

Os dois casos mostram que uma entrevista burocrática e insensível jamais conseguiria capturar a dor e a complexidade dessas experiências, que passavam pelo desejo da maternidade e a vontade de interromper aquela gestação. Por isso, antes de qualquer pergunta, era necessário construir uma aproximação genuína entre os sujeitos: entrevistadoras e entrevistadas.

Selamos esses encontros como um exercício constante de empatia e de busca por tentar compreender o outro com todos os nossos sentidos. Ou melhor, tratava-se de um esforço para romper com o que Restrepo (1994) chama de “analfabetismo afetivo”, que nos impossibilita, enquanto jornalistas, de compreender as sutilezas e as complexidades das relações humanas.

El camino expedito al conocimiento de la singularidad parece ser el que sigue la huella gnoseológica del contexto y la sensibilidad. Es en el plano de lo sensible donde habitan nuestras más radicales diferencias. Es en la manera de percibir los olores, las caricias o el tacto, en nuestros ascos y alergias, en los pequeños goces y las exaltaciones emocionales, donde deja con más claridad su marca nuestra irreductible singularidad. Pensar de acuerdo a una lógica de lo sensible, abierta a la captación de diferencias, es prestar atención a esos vaivenes afectivos que dan cuenta de nuestros roces y encuentros. (RESTREPO, 1994, p. 46)

Ao se abrir para as experiências e os sentimentos envolvidos numa reportagem sobre aborto, pretendíamos ir em busca das contradições, do diferente, das forças que compõem e atuam sobre as protagonistas dessa reportagem. Objetivo de cada entrevista, portanto, era que se estabelecesse como um diálogo, conforme definido por Morin (1973, p. 129):

Em certos casos felizes, a entrevista torna-se diálogo. Este diálogo é mais que uma conversação mundana. É uma

busca em comum. O entrevistado e o entrevistador colaboram no sentido de trazer à tona uma verdade que pode dizer respeito à pessoa do entrevistado ou a um problema.

Tal metodologia foi complementada pela observação-experiência, que busca extrapolar o olhar “neutro” e “objetivo”. Isso porque a reflexão se enriquece, como afirma Medina (2008, p.106), “toda vez que o autor cruza o argumento com a experiência viva”, traçando um caminho sólido e possível para o jornalismo frente à crise de paradigmas.

Cabe àqueles que têm contato direto com o mundo e aos protagonistas sociais uma sensibilidade sutil que vai além dos parâmetros conceituais ou das convicções ideológicas, para não falar dos achismos de livre-atiradores. São os repórteres e cientistas que vão a campo testar suas hipóteses, que descobrem tendências e comportamentos não fixados nas gramáticas. Esses autores podem trazer para as narrativas a contemporaneidade em curso. No conflito de forças que caracteriza qualquer processo, há a inércia mental de só mapear as regularidades e não perceber a imprevisibilidade, as indeterminações. Estas se revelam muitas vezes nos códigos não verbais. (MEDINA, 2008, p. 107)

Desse modo, o repórter que se utiliza dos cinco sentidos consegue romper com a censura interna causada pelos anos de favorecimento da racionalidade técnica. Essa censura interna, segundo Medina (2006, p. 114), é a “que fecha os poros, impede que se estenda o gesto solidário, afetuoso, aos parceiros da contemporaneidade”.

Desse modo, o objetivo era que, enquanto repórteres, ocupássemos o papel de mediadoras culturais, “articulador[as] de discursos multiculturais” (MEDINA, 2006, p. 82). Para Medina, essa mediação de vozes, comportamentos e valores “não é uma técnica asséptica, mas uma técnica responsável e esteticamente inovadora” (Idem).

Nesse contexto, o fazer jornalístico deve ser entendido como um “jogo dialético” (MEDINA, 1978), formado por uma massa que participa enviando uma demanda “difusa, mas penetrante”, a empresa jornalística e seus interesses econômicos e políticos, e o jornalista, que atua como mediador e

produtor de sentidos. Há, portanto, uma disputa simbólica constante entre empresas de comunicação, sociedade, Estado e os poderes econômicos e políticos. É o que Jean Lohisse define como “criação anônima”, submetida a três forças agentes:

[...] os *arquétipos*, fatores biogenéticos, elementos sociogenéticos ou mitos que por serem universais entram no coletivo é o antropos universal; os *osmotipos* que procedem da corrente da relação cultural, contatos, convergências de valores, ritos, símbolos, formas, estilos e conteúdos das sociedades, grupos e culturas particulares; e os *lidertipos*, desencadeados dos centros industrialmente mais equipados, com maiores recursos financeiros e políticos, ou então, segregações próprias de um determinado contexto em relação à novas situações. Não há, pois, possibilidade de um sistema fechado, de um conformismo, entre “servilismo”, padronizado numa cultura com essas componentes dinâmicas que se interagem. (MEDINA, 1978, p. 37, grifo do autor)

Além disso, não entendemos o processo comunicacional como linear e unidimensional, no modelo emissor-mensagem-receptor, inserido no velho paradigma da ciência moderna, mas sim como um processo circular e dialógico, que “se desvela em um cenário de múltiplos conflitos que chegam até mesmo aos cerceamentos e atrofia regidas pelo poder interno do profissional, passando pelo contexto social e pelas raízes culturais” (MEDINA, 2006, p. 96).

A audiência das reportagens, por sua vez, não deve ser percebida pela lente apocalíptica de homogeneização das ideias nem pela idealização romântica. “Nem indivíduos soberanos, nem massas uniformes”, diz García Canclini (2008, p. 17). Isso porque não há só uma experiência do leitor com o conteúdo publicado em um jornal. “Condicionamentos parecidos não geram gostos nem comportamentos semelhantes em pessoas que se socializaram na leitura durante a época da televisão ou da internet” (Idem).

O repórter, portanto, é o centro dessa negociação simbólica e é ele o ponto possível de ruptura e de mediação entre as forças agentes (arquétipos, lidertipos e osmotipos). De acordo com Medina (1991, p. 196), o jornalista participa do processo na captação de “conceitos, comportamentos da

sociedade –a realidade cultural imediata a que está exposto– e os representa na notícia, na reportagem ou em qualquer peça jornalística”.

Descartamos, como exposto até agora, a ideia da “objetividade” na produção da notícia, que seria um retrato “fiel” da “realidade”. Isso significa que, ao invés desse jornalista mero “transmissor” da informação, entendemos que a atividade desse profissional é a de um mediador simbólico e cultural, sem esquecer que ele está inserido em um contexto de disputas pelo poder. Entendemos, portanto, que o jornalista imprime seu caráter autoral no exercício da reportagem e atua na produção de sentidos, de maneira mais complexa ou reducionista, respondendo ou não à demanda da sociedade em que está inserido.

A narrativa de protagonismo frente à crise de paradigmas

A partir dos dados levantados, partimos para a rua a fim de construir uma narrativa mais tensa e densa (MEDINA, 2003), com protagonismo anônimo, prognósticos e diagnósticos, raízes histórico-culturais e contexto social.

Nesse sentido, entendemos “protagonismo anônimo” como a capacidade do jornalista de dar visibilidade a histórias de gente comum, de dar o protagonismo a quem não está normalmente nas manchetes dos jornais, narrar histórias e tirá-las do anonimato. Concretamente, era sair em busca das meninas e mulheres que tiveram um aborto legal negado pelo sistema de saúde.

Esse elemento era importante porque as narrativas de protagonismo são capazes de aproximar o tema em debate do cotidiano do leitor, de contribuir para um olhar com mais empatia sobre o que acontece na vida do sujeito retratado, é a história com nome e sobrenome estampados no jornal (mesmo que eles tenham sido trocados para garantir a segurança do personagem) que ganham eco e têm a força de alcançar os leitores.

Essas narrativas de protagonismo podem ser inspiradas na Literatura, que a partir da ficção consegue muitas vezes aproximar com maestria o leitor de outras épocas, culturas e histórias. Tomamos como exemplo um trecho da entrevista do escritor uruguaio Eduardo Galeano ao programa *Sangue Latino*, exibido pelo Canal Brasil em 2009. No trecho reproduzido a seguir, o autor responde sobre qual seria a função da Literatura, que aqui propomos

como um exercício possível também para o jornalista enquanto mediador social:

Hace poco, en una entrevista que me hicieron en Madrid, un periodista me dijo: “Yo leyendo tus libros siento que tú tienes un ojo en el microscopio y otro en el telescopio”. Me pareció una buena definición, por lo menos desde mis intenciones, lo que me gustaría hacer escribiendo, ser capaz de mirar lo que no se mira, pero que merece ser mirado, las pequeñas, las minúsculas cosas de la gente anónima, de la gente que los intelectuales suelen despreciar, ese micro-mundo donde yo creo que debieras se alienta la grandeza del universo y al mismo tiempo ser capaz de contemplar el universo, desde el ojo de la cerradura, o sea, desde las cosas chiquitas asomarme a las cosas más grandes, a los grandes misterios de la vida, al misterio del dolor humano, pero también al misterio de la humana persistencia en esta manía a veces inexplicable de pelear por un mundo que sea la casa de todos y no la casa de poquitos y el infierno de la mayoría, y otras cosas más. (GALEANO, 2009)

Ao deslocar o protagonismo da notícia de fontes já conhecidas –como políticos, especialistas, governos, instituições e seus representantes– para pessoas que estão nas sombras do exercício diário do jornalismo, o repórter mostra que aquela situação poderia ter ocorrido com algum familiar ou amigo do leitor, é “usar o microscópio” para ver histórias cotidianas, de “gente comum”, e relacioná-las a coisas maiores, sentimentos e emoções universais, que só poderiam ser vistas pelo telescópio, como dito por Galeano.

Hay una poeta norteamericana, una mujer que murió hace unos años que se llamaba Muriel Rukeyser, dijo una frase que a mí siempre me pareció espléndida. ‘Sí, sí, como no, es así que el mundo está hecho de átomos. El mundo no está hecho de átomos, está hecho de historias’, dijo eso. Yo creo que sí, el mundo debe estar hecho de historias, porque son las historias que uno cuenta, que uno escucha, que uno recrea, que uno multiplica, son las historias que permiten convertir el pasado en presente y las también que permiten

convertir lo distante en próximo, lo que está lejano en algo próximo, posible y visible. (GALEANO, 2009)

Para contar essa história de protagonismo, é preciso lançar mão de outros dois elementos que Medina (2003) defende na leitura cultural: as raízes histórico-culturais e o contexto social. De modo geral, os fatos viram notícia porque são vividos ou terão impacto, em algum nível, na vida das pessoas. Cada pessoa tem uma história, está inserida em uma cultura e em um contexto social. Um mesmo fato pode ser percebido e vivido de modo diferente em distintas culturas e períodos históricos. O que acreditamos, portanto, é que o jornalista deve fazer essa leitura mais complexa da notícia, apresentando o contexto em que o fato está inserido e mostrando as relações entre o evento narrado e outras esferas da realidade.

Esse tratamento complexo do tema deve levar em conta, segundo Medina (2003), a necessidade de fazer um diagnóstico do problema. Para tanto, importamos o significado comum da palavra usada na medicina, ou seja, identificar um problema (ou doença) a partir dos elementos (ou sintomas) que a situação apresenta. Esse diagnóstico pode ser feito a partir de entrevistas com “especialistas”, no caso da reportagem em questão, médicos, juízes, advogados e demais profissionais envolvidos com os casos tratados.

Essas entrevistas puderam também subsidiar outro elemento defendido por Medina (2003) para a leitura cultural: o prognóstico, que é o exercício de projetar consequências futuras do fato noticiado. Para Medina (2006), os diagnósticos e os prognósticos dos especialistas podem dar “caminhos coletivos para as histórias de vida abordadas”, isto é, podem extrapolar a situação específica e indicar a sua relação com outros problemas e outras esferas da sociedade.

Juntas, essas ferramentas –protagonismo anônimo, raízes histórico-culturais, contexto social, e prognósticos e diagnósticos– indicam, segundo Medina (2007), que o jornalista se comportou como um leitor cultural durante a cobertura sobre um determinado tema, alguém capaz de interpretar a contemporaneidade e produzir sentidos e significados diante de um acontecimento social:

O leitor cultural observa, colhe informações dos acervos e de fontes vivas, cria elos de contexto e elege o protagonismo daqueles que vivem a situação de sua narrativa. E aí se consuma a humanização como eixo central da leitura cultural. Se o jornalista distribui nas mídias apenas os sentidos oficiais, ele não passa de um mero administrador da renda simbólica estratificada. Mas além de exercer a função de um simples administrador, pode ousar a renovação e até a reestruturação plena dos significados em voga –o que revela a grandeza de um leitor cultural. (MEDINA, 2007, p.32)

O jornalista, portanto, é um agente inserido na teia de produção simbólica que é a cultura. Como sujeito cultural, seu papel, segundo Medina (2006), deve ser o de produzir, renovar ou administrar, de forma responsável e consciente, os sentidos que permeiam a realidade, sejam eles vocalizados ou não pelas fontes de informação ouvidas na reportagem.

O desafio do repórter é então o de captar os conflitos de determinada situação, sair em busca da complexidade do fato em diversos níveis, deixando de se fixar apenas nos opostos pró ou contra determinado assunto. Desse modo, essa mediação social não deve assumir a forma de difusão de juízos de valor, tampouco deve ser realizada sob a ótica da “objetividade” e da “imparcialidade” –já que entendemos que esse paradigma já foi superado por diferentes pesquisadores da comunicação social (MEDINA, 1978). Essa mediação do jornalista deve, sim, ser usada para a construção de um texto que reúna as múltiplas causas e que busque a dialogia social e a compreensão mais profunda e complexa do acontecimento noticiado.

Inquietações finais

Ao longo deste texto, buscou-se mostrar como a suposta “objetividade do jornalismo” não dá conta de construir narrativas complexas sobre situações em que o aborto, ainda que nos casos legais, é negado a mulheres. Isso porque os dados oficiais são insuficientes para alcançar os sentimentos, as dores e a complexidade dessa experiência.

No caso do aborto, as pesquisas sobre o Brasil mensuram seu impacto na saúde pública, mas só jornalistas mediadores culturais conseguem mostrar como fatores emocionais, sociais, psicológicos e culturais permeiam

esse tipo de decisão, que não pode ser reduzida à polarização entre pró e contra a interrupção voluntária da gestação.

Objetivo da reportagem era evitar uma leitura maniqueísta, “mocinhos” e “bandidos”, partir em direção da complexidade (MORIN, 2005) do tema proposto, com mulheres protagonistas, contando suas experiências por elas mesmas.

A partir das narrativas de protagonismo, o programa conseguiu mostrar como o sistema de saúde e o judiciário dificultam que o aborto seguro e legal, mesmo nos poucos casos permitidos, seja realizado no Brasil.

Longe da redação, dos e-mails pessoais e do telefone que impera nas entrevistas realizadas no cotidiano dos jornalistas, conseguimos mostrar como médicos e hospitais deixam de acolher esses casos por medo de represálias, como delegadas e assistentes sociais desconhecem a normas que permitem o aborto no Brasil, e como as mulheres são condenadas a gestações indesejadas. Elas ficam à mercê da ineficácia do sistema público e da falta de informação correta sobre as exigências e os procedimentos legais em caso de aborto no Brasil.

O percurso desta reportagem, portanto, priorizou o trabalho de ir a campo com os sentidos e afeições voltadas para as mulheres e meninas que viveram a experiência de um aborto negado pelo Estado brasileiro. Nesse processo, não há como sair isento, como indica Restrepo (1994, p. 20):

[...] por implicar una descentración, un estar abierto al otro, un dejarse asaltar por las intensidades ambientales que llegan a nuestro cuerpo, la ternura sólo puede enunciarse desde la fractura, vivenciada desde un ser atravesado por el mundo y no desde aquel que se cierra sobre la experiencia imponiendo a cualquier precio sus intenciones y proyectos. Constatase, desde la dimensión de la ternura, una inversión de la ideología del conquistador. Mientras éste aspira a perpetuarse en el tiempo, homogeneizando al son de sus caprichos los espacios que caen bajo su dominio, quien se anida en la ternura está de entrada asaltado y derrotado, fracturado por la pluralidad y tensionado por la diferencia. La unidad del yo se rompe como un espejo que se conviene en prisma y la carcaza de la identidad cede agrietada bajo la presión de fuerzas que desde el interior del individuo intentan dar cuenta de lo extraño, de lo diferente, de lo otro.

Referências

- AYRES BRITTO, Carlos. **Voto no julgamento pelo STF da ADPF 54** (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental). Brasília, STF, 12 abr. 2012. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/noticias/imprensa/VotoBrittoADPF54.pdf>> Acesso em 28 de out. 2017.
- BRASIL. **DECRETO-LEI No 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.** Código Penal. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm> Acesso em 28 de out. 2017.
- DINIZ, Debora, MEDEIROS, Marcelo. **Aborto no Brasil:** uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, n.15, p. 959-966, 2010.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** 2015. Ano 9. São Paulo, 2015. Disponível em <<http://www.forumseguranca.org.br/atividades/anuario/>>. Acesso em 28 de out. 2017.
- GALEANO, Eduardo. **Entrevista a Eric Nepomuceno.** Programa Sangue Latino, Canal Brasil, 2009. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=47aFAIDierM>>. Acesso em 26 de set. 2017.
- GARCÍA CACLINI, Néstor. **Leitores, espectadores e internautas.** São Paulo: Iluminuras, 2008.
- LEANDRO, Paulo Roberto e MEDINA, Cremilda de Araújo. **A Arte de Tecer o Presente (jornalismo interpretativo).** São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, 1973.
- MADEIRO, Alberto Pereira e DINIZ, Debora. **Serviços de aborto legal no Brasil – um estudo nacional.** In: *Ciência e Saúde Coletiva*, 2015. No prelo.
- MEDINA, Cremilda. **Notícia:** um produto à venda - jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- MEDINA, Cremilda. **Jornalismo e Epistemologia da Complexidade.** In: MEDINA, Cremilda (coord. e org.). **A Crise dos Paradigmas – Anais do 1º Seminário Transdisciplinar.** ECA/USP, 1991.
- MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente:** narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus Editorial, 2003.
- MEDINA, Cremilda. **Leitura crítica.** In: LINDOSO, Felipe (org). *Rumos [do] Jornalismo Cultural.* São Paulo: Summus: Itaú Cultural, 2007.

MEDINA, Cremilda. **O Signo da Relação:** Comunicação e pedagogia dos Afetos. São Paulo: Editora Paulus, 2006.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e Jornalismo:** da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MELLO, Marco Aurelio (relator). **Voto no julgamento pelo STF da ADPF 54 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental).**

Brasília, STF, 12 abr. 2012. Disponível em

<<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf54.pdf>>.

Acesso em 28 de set. 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes – norma técnica.**

Brasília: Editora MS, 2012. Disponível em

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf> Acesso em 28 de set. 2017.

MORIN, Edgar. **A entrevista nas Ciências Sociais, no Rádio e**

Televisão. In: MOLES, Abraham A. et al. *Linguagem da Cultura de Massas: Televisão e Canção.* Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.

RESTREPO, Luis Carlos. **El derecho a la ternura.** Bogotá: Arango Editores, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro, Graal, 1989.

SOUZA, MARCELLE. **Onde as vítimas não têm vez.** *Revista Galileu.* São Paulo, Editora Globo, set. 2017.

